

CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DO CONSTRUTIVISMO SOCIAL

[POLITICAL CONSEQUENCES OF SOCIAL CONSTRUCTIVISM]

Gustavo Castañon *

Frederico Krepe da Silva **

José Olavo Smanio Brando ***

Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

RESUMO: Os assim chamados 'Novos Movimentos Sociais' (feministas, LGBTQIA+ e racialistas) em grande parte abandonaram as tradições liberal e marxista e abraçaram teses relativistas, se alinhando ao que é chamado atualmente de 'Identity Politics' ou 'Identitarismo'. As teses principais desses grupos têm forte influência do Construtivismo Social em Sociologia da Ciência, e acabam gerando consequências opostas às pretendidas quando aplicadas à política. Identificamos aqui sete dessas consequências: a dissolução do conceito de sujeito ativo, a justificação do autoritarismo e da violência política, o antirrealismo, a transformação da luta pela mudança da realidade em luta pela mudança da linguagem, a deslegitimação de conquistas culturais da humanidade, a dissolução de critérios de validação do conhecimento e a justificação do fundamentalismo religioso. É necessária a discussão crítica das bases teóricas desse tipo de atuação política, assim como das consequências já visíveis desta na sociedade, antes que causem um maior retrocesso nos direitos das minorias.

PALAVRAS-CHAVE: Construtivismo Social; Filosofia da Ciência; Novos movimentos sociais; Identitarismo; Minorias

ABSTRACT: The so-called 'New Social Movements' (feminist, LGBTQIA+, and racialist) have largely abandoned liberal and Marxist traditions and embraced relativist theses, aligning themselves with what is currently called 'Identity Politics'. The main theses of these groups have a strong influence from Social Constructivism in Sociology of Science and end up generating consequences opposite to those intended when applied to politics. We identify seven of these consequences here: the dissolution of the concept of active subject, the justification of authoritarianism and political violence, anti-realism, the transformation of the struggle for changing reality into a struggle for changing language, the delegitimization of humanity's cultural achievements, the dissolution of criteria for validating knowledge and the justification of religious fundamentalism. A critical discussion of the theoretical bases of this type of political action is necessary, as well as the already visible consequences of this in society before they cause a greater setback in the rights of minorities.

KEYWORDS: Social Constructivism; Philosophy of Science; New social movements; Identity Politics; Minorities

* *Doutorado em Filosofia e Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutorado em Filosofia da Ciência pela Durham University. É professor adjunto do departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora e professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Filosofia da mesma instituição. E-mail: gustavocastanon@hotmail.com.* ** *Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (bacharelado e licenciatura). E-mail: fredericokrepe@gmail.com.* José Olavo Smanio Brando *** *Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutorado em andamento em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Psicólogo clínico e membro do Núcleo de Estudos em Violência e Ansiedade Social (NEVAS) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: joseolavouba@yahoo.com*

Os algumas vezes chamados “Novos Movimentos Sociais” – basicamente os movimentos feministas, LGBTs e racialistas¹– alcançaram nos últimos anos uma grande visibilidade no debate político brasileiro. Apesar de sua grande dispersão e pluralidade teórica pode-se dizer que há, além da tradição liberal e marxista, duas grandes novas vertentes fundamentais nesses movimentos. A primeira construtivista social e a segunda essencialista. Em comum entre as duas, por motivos diversos, a rejeição das teses universalistas características das tradições liberal e marxista.

Este artigo busca lançar luz sobre a influência do construtivismo social sobre as versões destes movimentos contemporâneos, particularmente através do conceito de ‘construção social’, e avaliar algumas consequências políticas que se seguem deste para os movimentos que são devedores de suas teses epistemológicas.

Se justifica a investigação desse tema pela necessidade de tornar mais evidente os fundamentos teóricos que possam explicar os pressupostos assumidos nos argumentos dessas vertentes, assim como tornar mais compreensível os comportamentos e ações políticas das lutas das minorias sociais conduzidas por movimentos que assumem as teses do construtivismo social.

Defendemos aqui que as inconsistências epistemológicas encontradas no Construtivismo Social (CASTAÑON, 2009) forneceram a base para algumas teses de parte dos Novos Movimentos Sociais que, por sua vez, se mostram em conflito com princípios filosóficos basilares de nossa organização social, despertando a reação política da maioria da sociedade e prejudicando as causas legítimas que nasceram para defender. Seu efeito político geral seria, portanto, profundamente conservador.

Este artigo apresentará primeiro uma síntese das teses do construtivismo social a partir de sua formulação teórica mais proeminente, o *Strong Programme* em Sociologia da Ciência, apresentará brevemente a adesão de autores influentes nos “Novos Movimentos Sociais” às teses construtivistas sociais, e por fim uma avaliação das consequências políticas da aceitação dessas teses por estes movimentos.

CONSTRUTIVISMO SOCIAL (CS)

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que o uso do termo ‘construtivismo’ é bastante indiscriminado e frequentemente equivocado na filosofia contemporânea, particularmente no Brasil. Tentaremos evitar o termo e esclarecermos desde o início que nos referimos somente ao construtivismo social que, estrito senso, não é sequer uma teoria construtivista (CASTAÑON, 2015)².

O construtivismo social é basicamente uma tese de sociologia da ciência. Ele tem sua origem na universidade de Edimburgo, onde David Bloor e Barry Barnes lançaram o *Strong Programme* (ou “programa forte”) de sociologia da ciência. O *Strong Programme* pretendeu realizar uma guinada epistemológica na sociologia do conhecimento, deslocando para a sociologia as questões relativas à validade do conhecimento e da ciência. A sociologia então passaria a explicar a ciência, suas possibilidades, limites e condições de explicação.

No entanto, esta abordagem se expandiu para além de Edimburgo. Ela varia desde a posição supostamente moderada, mas imprecisa, do *Strong Programme* de Bloor ou Barnes sobre o papel do sujeito e do mundo natural no processo de construção do conhecimento até as posições mais extremas de Steve Woolgar (1988), Harry Collins (1981), Lynn Nelson (1993) ou do primeiro Bruno Latour (LATOUR & WOOLGAR, 1986), que defendem abertamente que o conhecimento é totalmente construído socialmente e que aquilo que chamamos de fatos naturais são na verdade produtos da

atividade científica. Castañon (2009) o divide em duas grandes tendências teóricas: o *construtivismo social epistemológico* e o *construtivismo social ontológico*. O primeiro, característico de Bloor (1991, p.160), defende que existe algo objetivo que garante certa estabilidade no conhecimento científico, mas esse algo não é o mundo físico como se costumava pensar: é a sociedade. O segundo, característico de Collins e o primeiro Latour, defende que o mundo mesmo, todos os objetos do conhecimento, são construídos, não pelo sujeito, mas pela linguagem que é ela própria outra construção social.

Partindo da versão original e moderada para oferecer uma definição mais geral de construtivismo social, usamos a obra de Bloor (1991) que defende um grupo de quatro requerimentos metodológicos desenvolvidos para os sociólogos do conhecimento que passaram a marcar o movimento: *causalidade*, *simetria*, *imparcialidade* e *reflexividade*. A *causalidade* é a busca por oferecer explicações de caráter causal sobre o conhecimento. Para Bloor (1991), estas causas seriam tanto de natureza social como biológica, já que ele defendia que sistemas de crenças são propriedades de entidades biológicas que interagem entre si com o ambiente natural³.

A *simetria* é apontada por Castañon (2009) como a tese mais característica do construtivismo social. Ela originalmente é posta por Barnes (1974) e afirma que os sociólogos devem tratar todas as crenças sobre a natureza e a sociedade como fruto de *causas*, e não de *razões*. As crenças verdadeiras não teriam uma credibilidade interna maior do que as falsas e sua superioridade sobre as outras dependeria das forças sociais que a produzem. Tal concepção é continuada pela noção de *imparcialidade*, que defende que o investigador deve suspender o juízo acerca da falsidade ou da verdade das crenças investigadas. Essas teses levam à consequência de que todas as alegações de conhecimento têm o mesmo valor e que, portanto, não podem ser hierarquizadas. O “vale tudo” epistemológico que daí se deriva serve claramente à tentativa de equalizar as diversas narrativas acerca da realidade.

Por fim, o princípio da *reflexividade*, Bloor (1991) o define como a não-reivindicação pelos sociólogos da ciência de uma posição de superioridade, ou um ponto de vista transcendental em relação ao conhecimento científico. Nenhuma teoria sociológica é aceitável se não for aplicável a si mesma. Este ponto é importante, pois é a tentativa do construtivismo social de fugir da autorrefutação, o que, no entanto, acaba fracassando (CASTAÑON, 2009). Ao afirmar que todas as crenças têm as mesmas fontes de causalidade e não podem ser distinguidas em termos de sua verdade ou falsidade única, não só a crença nas teses do construtivismo social cai sob o mesmo julgamento como ao mesmo tempo se arroga um status epistemológico superior do qual julga todas as abordagens que não aderem a seus princípios. É uma contradição ineludível.

Oliva (2003) busca sintetizar algumas teses sobre o construtivismo social e mostra que duas afirmações são: a) uma renúncia a um critério de cientificidade e b) a rejeição da subordinação do teórico ao observacional. Castañon (2015) aponta também a denúncia do “objetivismo”, que seria segundo eles a crença de que os resultados da ciência são determinados pela natureza. Para o CS a ciência tem uma explicação causal sociológica.

A ênfase dos estudos baseados no construtivismo social muitas vezes se desloca das teorias científicas em si para a forma como determinados grupos sociais discursam sobre elas. Na prática, esse tipo de ênfase causa imensa confusão ao criar uma espécie de espantallo de determinadas teorias às representações socialmente compartilhadas de certos grupos das mesmas. É assim que a forma como determinado grupo concebe a teoria darwinista da seleção natural, por exemplo, se sobrepõe nestes estudos à própria

teoria, para enorme confusão dos leitores desavisados das graduações em ciências humanas.

Um outro ponto a se destacar aqui é a rejeição da abordagem à abstração e à universalidade. Se o nosso conhecimento pode ser explicado pela sociologia, se pressupõe que ele é inteiramente transitório e histórico, abandonando então qualquer base universal. É uma característica que pode ser entendida como compatível com as teses que Lyotard (2009) apresenta sobre o que ele chama de pós-modernidade: a rejeição das metanarrativas. As metanarrativas estariam inseridas em um contexto que visa uma pretensa universalidade do conhecimento e dos sujeitos que conhecem, fato que já não seria mais possível na pós-modernidade. Como veremos adiante, a teórica feminista Judith Butler também defende visão semelhante caracterizando as categorias de universalidade como “constituídas de exclusões” (2003, p. 16) e que “são desmascaradas por seu viés etnocêntrico” (p.17). Assim, o construtivismo social se integra ao grupo de teses contemporâneas que buscam desconstruir o sujeito e afastar qualquer pretensão de universalidade para o conhecimento, o que gera dificuldades políticas peculiares quando incorporado ao discurso de certos grupos sociais.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DE QUÊ?

Grande parte da confusão com o construtivismo social e o construtivismo como um todo vem do uso da própria palavra ‘construção’. Palavras terminadas com o morfema ‘ção’ em nossa língua carregam grande ambiguidade, podendo denotar tanto o processo de chegar a algo como o produto desse processo (construção pode se referir ao processo de construir um prédio ou ao prédio resultante). No primeiro caso temos um estudo de caráter histórico, no segundo, sistêmico.

Para tornar o quadro ainda mais complexo, quando um construtivista social afirma que um objeto (como quarks) é construído socialmente, ele pode estar afirmando que a) as crenças generalizadas socialmente sobre quarks são socialmente construídas; b) as crenças científicas sobre quarks são socialmente construídas, inclusive o conceito de quark; c) os fatos sobre quarks são socialmente construídos; ou ainda d) os quarks mesmos são socialmente construídos.

E afinal de contas, o que isso poderia, de fato, querer dizer? Que o objeto construído socialmente não existe de forma independente da mente individual? A julgar por grande parte da produção sociológica hoje, tudo parece ser construído socialmente: do óbvio ao surpreendente, da autoria à doença, do nacionalismo Zulu à realidade, da natureza às mulheres refugiadas.

Há duas décadas atrás, Ian Hacking, filósofo originalmente simpático às teses do *Strong Programme*, já afirmava que a expressão ‘construção social’ teve seu uso tão difundido, generalizado e confundido, que hoje é pouco mais que um código. Se você usa a expressão favoravelmente é porque se considera um radical, se usa desfavoravelmente, se declara alguém racional, razoável e respeitável (HACKING, 1999).

Seu uso viria acompanhado de uma atitude de revolta ou inconformidade com a realidade, ou ao menos com a forma determinista, naturalista ou inevitável com que determinados objetos são apresentados pela ciência ou pela cultura em geral. Ao escrever sobre a “construção social de X”, um autor tende a sustentar que:

X não precisa ter existido ou não precisa ser o que é. X, ou X como é atualmente, não é determinado pela natureza das coisas; isso não é inevitável.

Muitas vezes eles vão mais longe e defendem que:

(2) X é muito ruim como é.

(3) Seria muito melhor se X fosse eliminado ou, ao menos, radicalmente transformado. (HACKING, 1999, p.6, tradução nossa)

Mais do que isso, Hacking (1999) identifica uma precondição de interesse (não pressuposto) para a eleição de um tema como objeto de análise construtivista social: “(0) No presente estado de coisas, X é um dado adquirido; parece ser inevitável” (p.12, tradução nossa). Ou seja, não é alvo de interesse de um sociólogo a construção social de algo que é evidentemente uma construção social.

Assim, por exemplo, se um sociólogo ou historiador resolve investigar o que ele alega ser a construção social do gênero (como fizeram Lorber e Farrell, 1991), o objetivo da investigação provavelmente é demonstrar que (1) o gênero sexual não é algo determinado pela natureza das coisas, a existência de gêneros sexuais não é inevitável. A categorização de seres humanos em dois únicos tipos teria sido trazida à existência pela confluência de forças sociais, interesses, eventos históricos e sociais que poderiam, todos eles, terem sido diferentes, pois são contingentes.

Geralmente quem despende muito tempo e esforço para justificar a afirmação de que ‘gênero’ é, única e exclusivamente, uma construção social, é porque julga que o conceito de gênero não só é de natureza puramente social sem necessária base biológica como (2) é de alguma forma prejudicial para um determinado grupo (as mulheres, os homossexuais, pessoas transgênero) e que (3) deveria ser eliminado ou radicalmente transformado, pois estaríamos melhores sem este tipo de conceito ao menos da forma como ele está posto atualmente.

CONSTRUÇÃO SOCIAL E CONHECIMENTOS SITUADOS

Segundo Hirata (2014), o conceito de “conhecimento situado” ou *situated knowledge* está intimamente ligado ao de interseccionalidade, que seria dependente do primeiro. Estes são conceitos que estão presentes nos discursos e práticas dos assim chamados “Novos Movimentos Sociais”. Uma das primeiras defesas da noção de conhecimento situado foi apresentada pela teórica feminista Donna Haraway em artigo de 1988. Haraway (1988) busca, com sua formulação, discutir as questões concernentes ao conhecimento, à ciência e à relação com a política. Há uma tentativa de contrapor sua visão à que ela chama de “objetivista”, recusando a noção de independência da realidade em relação ao sujeito do conhecimento e aderindo à tese construtivista social de rejeição da subordinação do teórico ao empírico. A sua ligação com o *Strong Programme* é deixada clara quando a autora afirma que

“todo conhecimento é um nó condensado em um campo de força agonístico. O programa forte na sociologia da ciência se une com as amáveis e desagradáveis ferramentas da semiologia e da desconstrução para insistir na *natureza retórica da verdade, incluindo a verdade científica*. História é uma história que o Ocidente conta para si; a ciência é um texto contestável e um campo de força; o conteúdo é a forma. (HARAWAY, 1988, tradução e grifo nosso)”

Mais à frente a autora afirma que tal reivindicação é uma busca de uma “terapia epistemológica de eletrochoque” (p.578), pois isso ajudaria a situar o conhecimento no âmbito da crítica que ela pretende fazer. Na tentativa de promover o que acredita ser uma inclusão de minorias sociais no conhecimento e na ciência, ela busca mostrar que

como o conhecimento seria explicado pelas crenças sociais dominantes e essas crenças dominantes são crenças hegemônicas na sociedade, tais conhecimentos, portanto, seriam opressivos e excludentes em relação aos setores minoritários.

Isso geraria a necessidade de operar uma revisão na forma como conhecimento e ciência são entendidos hoje. Ainda, se o que legitima a ciência e o conhecimento são as crenças sociais e, por consequência, os jogos de poder da sociedade, e, se esse poder está concentrado na mão dos homens brancos, tal conhecimento seria, então, um conhecimento legitimado pelos mesmos e que acaba operando uma exclusão dos grupos não hegemônicos. A acusação do que ela chama de “objetivismo” vem desse ponto, pois este seria somente uma forma de exclusão da contribuição ao conhecimento vinda de grupos minoritários.

Assim, a autora busca oferecer uma proposta de fuga do “objetivismo” que, segundo ela, seria opressor. Essa é uma versão do que seria a “objetividade feminista”, em outras palavras, o conceito de “conhecimento situado: a tese de que qualquer produção de conhecimento tem um local, parte de um local e que este local interfere em sua determinação futura. Este conceito abriria espaço para o que ela chama de “pesquisa feminista” permitindo estabelecer uma espécie de “local feminista de conhecimento”⁴. Este “local” ofereceria uma perspectiva parcial acerca do objeto, mas que seria objetiva uma vez que reconhece a existência de outras perspectivas válidas. Assim, teríamos uma série de visões parciais sobre o objeto que iriam se ligando umas às outras e construindo o conhecimento (HARAWAY, 1988).

Haraway (1988) acredita que esta é uma visão aperfeiçoada de objetividade, que tenta fugir do que ela quer criticar. Para ela, o conhecimento, do ponto de vista das minorias, também é suscetível a críticas e erros e que devem ser analisados rigorosamente como os outros conhecimentos advindos de outras fontes e de outros “locais”. Embora tente fugir de um relativismo, Haraway não consegue manter a coerência de sua posição incorrendo em contradições como quando chega a afirmar que a noção de natureza é “o material cru da cultura” (1988, p. 592), mas que ela seria moldada pela cultura dominante, que ela define como “capitalismo colonialista”. Defende ainda a noção de que o próprio agente do conhecimento altera o objeto, o que torna difícil compatibilizar sua posição com qualquer versão de “objetividade” ou regularidade universal do objeto.

Sandra Harding (1991) é outra autora que busca desenvolver a tese de conhecimentos situados, a associando mais explicitamente ao *Strong Programme*. Invoca as quatro teses da causalidade, reflexividade, imparcialidade e simetria para fazer a defesa de que o conhecimento em seu estado atual nada mais é do que um reflexo da hegemonia social dos homens brancos na sociedade, uma expressão de seus pontos de vista. Como consequência, esses “conhecimentos” seriam tanto mais imprecisos quanto mais busquem estabelecer discursos sobre problemas que seriam exclusivos de grupos minoritários, como racismo, machismo ou homofobia. É por isso que deveríamos estabelecer um local de conhecimento exclusivo do ponto de vista dos grupos que experimentam estes problemas.

Harding (1991) ainda introduz outra questão no debate, que é a da neutralidade axiológica da ciência. Para ela, a ciência não é neutra em relação aos valores e, portanto, reproduziria aqueles hegemônicos na sociedade em que foi constituída. Nesse sentido, a abordagem de “conhecimentos situados”, além de trazer um choque de pontos de vista acerca dos objetos do conhecimento, também traria um choque de valores acompanhado de cada produção científica. Neste aspecto, a proposta é encarada como uma “objetividade forte”, que diz que quanto maior o número de lugares de que o conhecimento parte, maior a perspectiva objetiva do mesmo. Sobre este ponto, diz ela:

"a pesquisa científica é socialmente situada, e pode ser conduzida de forma mais objetiva sem reivindicar ser neutra de valores" (p.159).

Outro ponto evocado acerca do *situated knowledge* diz respeito à “neutralidade valorativa” e é desenvolvido por Ilana Löwy (2015). Essa autora busca avançar na questão da universalidade da ciência defendendo a tese de que a demanda por universalidade e objetividade tal como realizada pelo *mainstream* seria útil a uma separação até a raiz entre a ciência e a política. A visão de “conhecimentos situados” mostraria o que seria a conexão necessária entre ciência e política uma vez que esta conexão facilitaria a discussão acerca da objetividade, abandonando a visão ideal de objetividade e neutralidade. A partir daí, segue pela trilha das autoras antes citadas até a tese do que ela entende como “construção do natural”.

Para Löwy (2015), o natural seria “construído” e nunca seria independente do ponto de vista de quem está construindo, no caso, da hegemonia de homens de classes sociais superiores. A própria linguagem e suas metáforas agiriam diretamente sobre o conhecimento produzido, o que implicaria que o maior acesso de mulheres à ciência transformaria a percepção científica do natural. Evidentemente esses tipos de tese implicam na forte rejeição ao princípio de universalidade, que vem acompanhada da afirmação de que os movimentos de luta contra a opressão teriam mostrado que o universal tem servido para impor o ponto de vista dos dominantes. Achamos interessante destacar aqui que isso não é muito diferente do que o que Lyotard (2009) defende, quando afirma que não há tradução possível entre o conhecimento popular e o conhecimento científico e que a tentativa de universalizar os critérios seria uma tentativa de impor um ponto de vista ocidental e dominador. Portanto, para ele, o universal encobriria uma dominação de um grupo sobre o outro.

O conceito de “lugar de fala”, embora originado da tradição dos estudos pós-colonialistas, está em consonância com o conceito de “conhecimento situado”. Originado do ensaio *Pode o Subalterno falar?* de Gayatri Spivak (1988), ele representa a ideia de que os grupos colocados em posição subalterna na ordem social devem falar por si e assumir o protagonismo de suas lutas, pois detém um tipo de conhecimento vivencial único de sua história e tipo de “opressão”. É usado para combater o que é encarado como “silenciamento” de minorias pelos grupos que deteriam o poder social e a legitimidade para falar, não exatamente a burguesia ou os cientistas, mas os homens brancos europeus. No ensaio citado, Spivak elabora reflexão sobre se o subalterno, de fato, pode falar alguma vez com sua própria voz em nossa sociedade, acusando a academia de obscurecer experiências de minorias ao pregar a transparência e neutralidade de sua atividade acadêmica. Segundo ela, ao universalizar o sujeito eurocêntrico e seus padrões, os homens brancos europeus desabilitam a representação legítima de minorias e suas próprias vozes e criam um “outro-subalterno” da Europa, anônimo e mudo.

A reivindicação de propostas de “conhecimentos situados” parte do pressuposto de que há uma potencialidade inexplorada nos oprimidos, potencialidade que faz com que o objeto de conhecimento passe a ser percebido de outra forma, enriquecendo o corpo de conhecimento quando olhado a partir da soma das diversas perspectivas. De forma geral, essas teses propõem substituir o que seria um “universal abstrato” pelo confronto dos pontos de vista das minorias, dos relatos e que se constroem pela cooperação, contradição e oposição dos diversos pontos de vista e vozes. Acreditam que os fatos científicos carregariam impressões da comunidade científica que o produziu e, portanto, pressupostos diferentes e pontos de vista diferentes produziriam um objeto de conhecimento mais amplo, contraditório, mas mais real e concreto (Löwy, 2015). Tal visão substituiria uma imagem da ciência como atividade realizada por observadores

neutros que observariam a natureza de um ponto de vista de “lugar nenhum”.

Por fim, é importante destacar que, em todas as formulações de “conhecimentos situados” citadas, há tentativas de fugir da consequência do relativismo, reconhecida como nefasta. No entanto, não acreditamos que quaisquer das autoras tenham sido bem-sucedidas nisso. Suas teses são versões de relativismo que defendem a construção social do objeto e dos fatos científicos a partir da linguagem dos grupos científicos. Tal contradição e suas consequências teóricas serão examinadas mais à frente.

CONSTRUÇÃO SOCIAL E TEORIA QUEER

A teoria Queer é uma abordagem dos estudos de gênero e sexualidade que basicamente nega a essencialidade da condição de gênero e defende a natureza socialmente construída das identidades e atos sexuais. Suas representantes mais significativas são Teresa de Lauretis, Judith Butler e Eve Sedgwick, que apresentaram suas contribuições mais originais durante o fim da década de 1980 e a década de 1990.

O termo ‘queer’ é realmente muito feliz para descrever essencialmente esta abordagem. Em inglês ele significa algo como “estranho”, “impar” ou “bizarro”. No sentido usado pela teoria, quer designar tudo aquilo que está em oposição ao padrão dominante ou legitimado pela sociedade. Contrastando com os termos ‘gay’ ou ‘lésbica’, ele não se refere a uma essência de orientação ou identidade sexual, mas a um conceito puramente relacional de desvio da norma, e mesmo que essa norma possa ser definida, não poderia fixar seu sentido. Halperin (1995, p.62) colocou isso nos seguintes termos: “Queer é o que quer que esteja em oposição ao normal, ao legítimo, ao dominante. Não há nada em particular a que isso necessariamente se refira. É uma identidade sem essência” (tradução nossa).

Baseada no desconstrucionismo de Jacques Derrida, na obra de Foucault (particularmente a de história da sexualidade) e no construtivismo social, a teoria Queer de forma geral busca “desconstruir” abordagens naturalistas sobre identidade sexual e tem como tese central a alegação de que a sexualidade é construída socialmente, e não dada pela natureza biológica. Particularmente combate o que chama de “heteronormatividade”, que seria a normatização institucional de práticas heterossexuais e desvalorização de outras práticas com o objetivo de perpetuar privilégios e oprimir minorias. Butler (1990), por exemplo, defende que as noções de gênero e sexo biológico, que parecem naturais e auto-evidentes no ocidente, são de fato construídas socialmente e reforçadas por ações cotidianas que privilegiam a heterossexualidade.

A teoria Queer se constitui em oposição a abordagens essencialistas da sexualidade, que defendem que gêneros e orientações sexuais são características naturais e essenciais a dada personalidade. Para essa teoria, a sexualidade é uma construção social sujeita a mudança e gênero é uma criação resultante de interação social em um contexto cultural (BIEVER et ali., 1998). Teóricas como Butler (1988) defendem que não existe nem gênero essencial nem sequer um sujeito para além de um mero objeto social, o que a insere na tradição pós-moderna que afirma a “morte do sujeito”. Enfim, gênero, sexo e identidade de gênero não seriam coisas que nascem com alguém, mas que são construídas por processos de interação social que reproduzem estruturas heteronormativas existentes.

Sedgwick (1990) afirma que as dicotomias natural-artificial e masculino-feminino são construídas sobre uma concepção recente e arbitrária de mundo sexual como dividido entre duas categorias. O que a teoria Queer pretende realizar é uma

dissolução das categorias e identidades sexuais para abrir espaço para a possibilidade de novas experiências e investigações que examinem tipos de afeição e relacionamento anteriormente silenciadas.

Muitas críticas foram dirigidas a teoria Queer dentro dos estudos de gênero. Jagose (1996) resumiu algumas delas. Parte do movimento de liberação gay acusou a teoria Queer exatamente de não se referir a qualquer identidade sexual ou de gênero, tirando de gays e lésbicas o caráter distintivo e definidor que os tornava marginais e os conferia uma identidade sexual. Outra crítica comum é que ao recusar qualquer tipo de ideia de essência ou base biológica da sexualidade ou referência a padrões sexuais normais, ela não pode distinguir entre homossexualidade e outros tipos de sexualidade marginalizadas como sadomasoquistas, pansexualistas ou mesmo estupradores e pedófilos. Mas outras críticas que podem ser feitas, não só à teoria Queer, mas à tradição construtivista social como um todo, veremos agora.

CONSEQUÊNCIAS TEÓRICAS DO CONSTRUTIVISMO SOCIAL PARA A PRÁTICA POLÍTICA

As teses e pressupostos assumidos pelo construtivismo social e, conseqüentemente, por teorias que o assumem como fundamento teórico, mesmo em partes, geram uma série de outras conseqüências teóricas inevitáveis. Aqui, avaliaremos essas conseqüências e hipóteses sobre alguns de seus possíveis efeitos práticos atuais. Vale aqui enfatizar que essas hipóteses são meramente especulativas, uma vez que este não é um estudo sociológico. Dividiremos essas conseqüências, várias, por tópicos, de forma a facilitar a avaliação do leitor sobre cada uma.

a) *Dissolução do sujeito*

Se adquirimos conhecimento com uma decisão pela adoção de uma crença em virtude de razões apresentadas a seu favor, então estamos falando de um processo ativo, só sustentado por uma visão epistemológica, de fato, construtivista. Já a alegação de que adquirir conhecimento equivale ao surgimento de uma crença causada por um fator externo ao sujeito, seja físico ou social, é sustentada por uma visão epistemológica objetivista, na qual o sujeito não tem papel ativo na aquisição do conhecimento. Em outras palavras, o sujeito do construtivismo social não é um agente social. Ele é um nódulo na rede social agido pela linguagem que o constrói passivamente.

Não deveria ser necessário lembrar que esse tipo de tese dissolve o sentido de responsabilidade pessoal e, portanto, a noção de escolha pessoal e individualidade. O efeito, ao contrário do almejado por muitos desses movimentos, é o enfraquecimento das lutas por direitos individuais.

A dissolução da responsabilidade pessoal traz, muitas vezes, como conseqüência, a aceitação ou defesa de qualquer tipo de ação de uma pessoa pertencente a uma determinada minoria social que passa a ser julgada não por seus atos mas pela “posição” social que ocupa. Em sentido inverso, alguém que não pertence a nenhuma minoria é necessariamente classificado como opressor e seu comportamento julgado errado em virtude de sua posição social. Tal aberração promoveu a naturalização no debate público de expedientes que antes eram considerados meras falácias *ad hominem*.

É preciso lembrar que todo o nosso sistema legal, político e econômico é baseado na crença de que a sociedade é constituída de indivíduos que detém certo nível

de autonomia e poder causal e, portanto, responsabilidades e direitos. Se o sujeito não é um ser ativo e dotado de algum nível de independência social, qualquer tipo de estrutura social implantada pela maioria não tem como ser moralmente contestada, sobrando a luta política de minorias para se afirmar contra majorias com base na força. Evidentemente essas empreitadas estão fadadas ao fracasso. Minorias não forçam majorias. Quando ameaçam tal feito, a reação vem com violência.

b) Justificação do autoritarismo e da violência como modo de ação política

O fim de uma base universal para a defesa de direitos também parece causar a diminuição da capacidade de empatia entre os mais variados grupos sociais. Ele está associado a todo um discurso de que outro grupo social sequer poderia compreender o sofrimento de grupos oprimidos e sentir empatia por eles, pois não seriam “atravessados” por todos os marcadores linguísticos/sociais nem viveriam as mesmas experiências destes. Dissolver o sujeito ou o ser humano como uma abstração a serviço da dominação é jogar fora toda a base ontológica da luta por direitos iguais para todos. Pois se não há nada universal que nos faz humanos, não há base moral ou teórica para se lutar por igualdade.

Ao se abandonar o conceito de verdade e dissolver o sentido de responsabilidade pessoal, corrompem-se o debate público e as bases para a busca de entendimento e consenso através do diálogo. Uma vez que se considera impossível conhecer um aspecto da realidade ou julgar um comportamento de forma independente da posição social de quem o percebe, o que acontece é a submissão à legitimidade e autoridade da vivência grupal. A falta de uma base de entendimento comum para traduzir experiências humanas entre grupos se torna a antessala da violência como forma de ação política. Se não fosse possível o convencimento do outro através da persuasão com base na razão ou sentimento moral, o que restaria seria a violência como alternativa necessária para a transformação social. Essa alternativa só pode gerar comportamentos autoritários e através deles graves conflitos nas relações interpessoais, políticas e institucionais. Os grupos que adotam esse sistema de crenças não estão aptos a aceitar minimamente qualquer crença discrepante vinda de outros grupos ou indivíduos.

Isso leva ao uso de expressões preconceituosas típicas desses grupos como “Sai hétero!”, “Homi fazendo homice”, “Coisa de branco” e “Palmiteiro”, que representam a interdição ao diálogo e ao debate público que podemos encontrar na rede ou em diversas situações típicas do dia a dia de alguns desses movimentos, que preferem crescentemente recorrer à tentativa da imposição de suas pautas pela força em detrimento da persuasão e do convencimento.

c) Dissolução do mundo (antirrealismo)

A posição do construtivismo social quanto ao papel do mundo na investigação científica varia. A proclamação da existência do mundo se faz acompanhar, como ocorre no programa forte tradicional, da ressalva de que ele é incapaz de determinar a escolha de uma das teorias formuláveis sobre o que é o caso. Nos casos extremos de construtivismo social, pode proclamar inclusive que ele próprio é uma construção social. É como resume a frase de Collins: “o mundo natural tem um papel pequeno ou inexistente na construção do conhecimento científico” (COLLINS, 1981, p.05, tradução nossa).

Isso justifica a verdadeira guerrilha acadêmica (CASTAÑON, 2009b) de grupos como antropólogos da ciência, sociólogos da ciência, teólogos pós-modernos e feministas ligadas à tradição construtivista social que dedicam grande parte de seu tempo de trabalho, estudos e carreira às interpretações de dados empíricos (quando muito) que sempre apontam para a conclusão de que a ciência natural é uma atividade de status epistemológico idêntico a mitos, ritos religiosos, folclore ou negociações políticas, e que suas realizações não passam de construções sociais politicamente validadas por uma maioria com o objetivo de oprimir as minorias, e não exatamente de curar uma doença ou encontrar uma nova fonte de energia. Ou seja, os recursos (muitas vezes, públicos) despendidos por tais grupos servem para equalizar todo e qualquer sistema de crenças, seja no nível individual ou coletivo, de modo a destacar unicamente o uso deplorável do conhecimento científico (quando esse é realmente julgado como juízo de fato) e a desconsiderar completamente os avanços tecnológicos conquistados e almeçados pela humanidade.

Searle (2000) oferece uma explicação de porque a ideia de que tudo é uma construção social, de que não existe mundo real, é libertadora para muitos destes teóricos. É porque ela forneceria um discurso para a racionalização do ódio e rancor em relação às ciências naturais para acadêmicos ávidos por um espaço institucional. Entre esses se encontram todo um conjunto de praticantes de disciplinas imaturas cientificamente e que permanecem ainda num segundo plano acadêmico e social. Cavalgando os instrumentos retóricos do construtivismo social, se lançam numa cruzada para minar o poder social dos cientistas naturais e fortalecer o próprio.

d) Troca da luta real pela luta discursiva

Ao afirmar que a realidade e os problemas sociais são meras construções sociais, em outras palavras, linguísticas, sem qualquer relação com uma realidade externa e independente, as lutas de grupos influenciados pelo construtivismo social tende a se concentrar no uso de termos, conceitos e expressões, procurando promover a transformação social a partir da transformação da linguagem e abandonando a opressão real no mundo social para se concentrarem na “luta” intestina acadêmica ou organizacional.

Da mesma forma, a luta constante contra colegas de profissão, trabalho, partido ou organização social não pode ser vista exclusivamente como uma luta contra as mazelas de grupos oprimidos, mas também como uma busca de espaço e escada para a promoção pessoal. Não podemos esquecer que os principais membros desses grupos acadêmicos, com o discurso de garantir voz aos oprimidos, garantem um espaço institucional que não garantiriam de outra forma na academia. Tal processo ocorre de forma semelhante em governos, partidos políticos e entidades de classe.

A troca da realidade pela luta discursiva é também uma consequência da dissolução do conceito de verdade. Ao negar uma realidade independente da linguagem, por definição, negamos o conceito de verdade como correspondência entre o que se diz e o que existe independentemente de nossa mente. O que deve ser considerado, no que diz respeito às asserções proferidas, não é a posição do sujeito ou grupo social que está falando, mas sim o uso de um critério minimamente seguro para aferir o grau de verossimilhança de uma afirmação assim como o nível de validade de um conjunto de ideias. Ser proferida por um membro de um grupo específico não torna uma proposição verdadeira.

Enfraquecido o conceito de verdade, a palavra continua a ser usada para garantir

efeitos bem diferentes. Afirmar que existem “várias verdades”, assumindo a verdade como correspondência, implica que devam existir “várias realidades”. Enquanto somente alguns antropólogos, sociólogos e filósofos defendiam este tipo de relativismo selvagem, não estávamos em perigo imediato. Agora, parece que grande parte desses militantes passaram a acreditar, de fato, que “verdade” é nada mais que uma crença compartilhada por um grupo maior ou menor de pessoas. Esta crença tem nos conduzido ao caos e à selvageria típicas de distopias, com grupos sociais diversos afirmando “verdades” opostas sobre os mesmos fatos sem critério algum para decidir entre eles, a não ser o poder político.

e) Deslegitimação e descontinuidade de conquistas culturais da humanidade

Somada à luta discursiva, o conceito de “conhecimentos situados” provoca a deslegitimação de conquistas culturais da civilização – de instituições a formas de organização social – experimentadas ao longo do tempo e do espaço na nossa história. Além disso, também deslegitima e tenta rejeitar benefícios advindos da ciência moderna “colonialista”, como a eletricidade ou a penicilina. Intervenções médicas ou psicológicas de reconhecida eficácia nos tratamentos clínicos, ou mesmo intervenções psicossociais para diminuição ou eliminação de preconceitos em escolas são rejeitadas.

A rigor, uma vez que o único tipo de conhecimento legítimo é aquele “construído” pelos grupos minoritários, por não ser, assim, opressivo e excludente, toda e qualquer crença basilar da constituição das sociedades contemporâneas é atacada e deslegitimada por representar um mal-hegemônico opressor, já que não foi elaborada por tais grupos. Deste modo, ideias fundamentais como a tripartição do poder de Montesquieu ou o Estado Democrático de Direito, por exemplo, são deslegitimadas por não serem originárias de grupos sociais minoritários.

f) Conhecimento se dissolve em política

Se as alegações de conhecimento são totalmente diferentes entre si e igualmente válidas e a “realidade” é construída socialmente, qualquer espécie de tradução entre os “conhecimentos” (ou pontos de vista) para aqueles que assumem essas teses seria completamente inútil, pois não haveria critério algum para comparar ou avaliar dois discursos distintos ou buscar uma aproximação de uma compreensão mais adequada dos fenômenos.

Todo processo que antes era o de obtenção de conhecimento passa a ser para essas pessoas uma mera luta política, em que critérios, métodos, laboratórios e dados empíricos são substituídos por lugares de fala e posição social dos sujeitos que estão envolvidos no processo de afirmação do que seria conhecimento. Essa, no entanto, é uma luta política singular, em que critérios de verdade, justiça e universalidade foram abandonados e os discursos não são intercambiáveis ou sequer compreensíveis fora daquele grupo minoritário.

g) Justificação do Fundamentalismo

Ao equalizar todas as crenças em sua origem e forma de justificação, o construtivismo social justifica a existência de teses que contrariam o conhecimento

científico, que vão desde a ideia de que não existe componente genético na orientação sexual até a defesa do criacionismo contra as “forças opressoras da razão”. Está justificada a luta meramente política, sem qualquer preocupação de ordem metodológica ou epistêmica, para inclusão de “conhecimentos situados” na pauta acadêmica e governamental.

Isso porque o construtivismo social implica diretamente a negação da universalidade do conhecimento. Se as explicações acerca da validade do conhecimento sociológicas e as sociedades estão longe de consensos universais, temos um relativismo de raiz. Propostas de “conhecimentos situados” acabam colocando quaisquer teses acerca da realidade no mesmo patamar epistêmico. Aquilo que nasce à primeira vista para sustentar uma posição política contra hegemônica, de fortalecimento da posição de grupos oprimidos e sua inclusão na produção de conhecimento, acaba resultando na equiparação de todo e qualquer discurso local sobre a realidade, inclusive os que reforçam a posição dos grupos dominantes, mas que antes encontravam oposição no conhecimento científico.

Foi assim que vimos o ressurgimento de teses enterradas como o “tratamento ao homossexualismo” e discursos eugenistas de separação entre raças. No momento em que essas teses se viram equalizadas a teses científicas sobre as bases biológicas da orientação sexual e a inexistência de raças na espécie humana, voltaram a cena pela força política de seus defensores. Tais conflitos, que recentemente eram eliminados pela alegação de autoridade universal do conhecimento científico, se tornaram meramente políticos, e, portanto, tendem a serem vencidos pelas maiorias. Por exemplo, o discurso científico da biologia sobre a identidade de gênero acaba se equalizando com o discurso fundamentalista que nega o conhecimento científico sobre o mesmo fenômeno, o que resulta daí uma disputa meramente política. E nessa disputa, os vencedores serão sempre aqueles que detém maior poder político e capacidade de convencimento das maiores parcelas de uma população.

Vamos avaliar mais detidamente o exemplo do recente retrocesso na luta contra o preconceito sexual. O movimento de liberação gay e lésbica dos anos 80 usava como estratégia de afirmação a defesa da alegada natureza biológica da homossexualidade, baseada em sólidos dados empíricos. Várias pesquisas sustentam a afirmação de que não só a maioria dos homossexuais acha que sua orientação sexual é biologicamente influenciada, como a de que pessoas que acreditam nessa influência biológica aceitam mais a homossexualidade em si e nos outros (ALLEN ET ALI, 1996; FURNHAM & TAYLOR, 1990; KAISER, 2001; WHITLEY, 1990). O resultado dessa estratégia parece ter sido amplamente favorável, de acordo com outras pesquisas. O Instituto Gallup (2002) publicou que o entendimento de que a homossexualidade era inata teria aumentado de cerca de 13% para 40% entre 1977 e 2002 nos EUA. Ao mesmo tempo, o apoio para oportunidades iguais entre homossexuais e heterossexuais no trabalho teria subido de cerca de 56% para 86% e o consenso de que a homossexualidade é um estilo de vida “aceitável” de 34% para 51%.

Quando as pessoas acreditam que a orientação sexual é algo como a cor da pele ou o sexo, ou seja, algo de fundo biológico, aumenta a adesão às proteções civis a essa condição. Da mesma forma, pessoas conservadoras ou homofóbicas se sentem mais confortáveis com a convivência de seus filhos com pessoas homossexuais, sem temer que uma influência comportamental possa alterar sua orientação e gênero.

Já a tradição Queer tem consequências teóricas inversas para a defesa dos direitos LGBTs. Se heterossexualidade é uma categoria exclusivamente socialmente construída, assim como se podem mobilizar forças sociais minoritárias para “desconstruí-la”, o oposto é igualmente justificável: a mobilização de maiorias

conservadoras para desconstruir “a ameaça da ideologia de gênero” de “transformar as crianças em homossexuais”. Um conservador que passe a acreditar que a orientação sexual pode ser “desconstruída”, também passa a temer que pessoas com orientação heterossexual sejam transformadas pelo convívio com casais gays, professores gays, “ideologias” gays, “doutrinação” gay e assim por diante, o que justificaria politicamente uma contraofensiva conservadora para proteger seu modo de vida.

Parece que um exemplo concreto desse efeito e retrocesso foi a recente autorização pela Justiça Federal, contra todo o conhecimento científico e recomendação das entidades profissionais, da prática da assim chamada “terapia de reorientação sexual” que, geralmente associada a organizações religiosas, tenta alterar a orientação sexual de pessoas oprimidas em suas expressões sexuais por suas relações sociais.

O resultado de alegações como as das teses da “construção social da realidade”, “conhecimentos situados” ou “lugar de fala”, enfim, da ideia de que todas as alegações de conhecimento se equivalem em legitimidade perante a verdade e a realidade assim como da crença de que o posicionamento grupal de um sujeito é o único ou o mais importante critério para o estabelecimento da versão a ser aceita, é o fortalecimento de movimentos obscurantistas e fundamentalistas em nossa sociedade. Tais ideias não servem somente para dar voz aos oprimidos, mas também para legitimar a voz de opressores ignorantes que encontram finalmente o ambiente para afirmar a legitimidade de suas alegações de conhecimento. E este é o caso do fundamentalismo religioso.

Boghossian (2006) lembra que o medo do conhecimento é natural em culturas que defendem teses ou crenças míticas que a ciência revela falsas. Movimentos políticos pós-colonialistas, nacionalistas e fundamentalistas, assim como o multiculturalismo, encontram no construtivismo social recursos discursivos para proteger culturas “oprimidas” pela razão e a ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensamos ter oferecido argumentos neste artigo capazes de sustentar a interpretação de que o construtivismo social tem efeito altamente desagregador nas lutas sociais e, portanto, favorece o conservadorismo e oferece um desserviço tanto às causas das minorias quanto a qualquer luta que visa o estabelecimento de justiça social. Ele faz isso não só através da fragmentação dessas lutas, mas também através da equalização do valor de toda e qualquer alegação de conhecimento.

Ele implica posições teóricas hostis à ideia de sujeito, responsabilidade pessoal e realismo ontológico. Posições que incentivam o abandono da luta pela transformação das condições materiais de vida em prol da luta pela transformação da linguagem, que fragmentam as lutas sociais e alimentam uma hostilidade em relação à ciência moderna.

Como resultado disso, acreditamos que uma reação fundamentalista às pautas minoritárias se torna inevitável, pois não encontra mais a força mediadora dos direitos universais e da ciência moderna. Somente por meio de uma defesa forte de algum aspecto universal da experiência e natureza humana e da vida em sociedade é que tais consequências podem ser evitadas e a luta por igualdade se fazer possível. Somente por meio de uma concepção universal de conhecimento é que se pode contestar o fundamentalismo. Afirmar a busca por algum tipo de universalidade não é impor uma cultura dominante ou imperialista, mas sim buscar um terreno comum para que o conhecimento, a política e outras realizações humanas possam se estabelecer e avançar gradualmente em direção a uma sociedade melhor. É ter um referencial para que o

diálogo possa se estabelecer.

Para além da posição social dos que escrevem este texto, aqui estão argumentos e é bom que se reflita sobre eles, por que a reação aos avanços nos direitos das minorias já começou e as teses construtivistas sociais não são água para esse fogo, mas gasolina.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, J. B., REPINSKI, D. J., BALLARD, J. C., & GRIFFIN, B. W. (1996). Beliefs about the etiology of homosexuality may influence attitudes toward homosexuals. Paper presented to the American Psychological Society Convention.
- BARNES, B. (1974). *Scientific Knowledge and Sociological Theory*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- BIEVER, J. L.; LAS FUENTES, C., CASHION, L. & FRANKLIN, C. (1998). "The Social Construction of Gender: A Comparison of Feminist and Postmodern Approaches". *Counselling Psychology Quarterly*. 11 (2): 163.
- BLOOR, D. (1991). *Knowledge and Social Imagery*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- BOGHOSSIAN, P. (2006). *Fear of Knowledge: against relativism and constructivism*. Oxford: Oxford University Press.
- BUTLER, J. (1988). "Performative acts and gender constitution: An essay in phenomenology and feminist theory". *Theatre journal*. 40 (4): 519–531.
- BUTLER, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge.
- BUTLER, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (Tradução de Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CASTAÑON, G. A. (2009). *Construtivismo social: a ciência sem mundo e sem sujeito*. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CASTAÑON, G. A. (2009b). Science Wars: Uma guerrilha contra a ciência moderna. *Boletim Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ*, v. 2, p. 70-76.
- CASTAÑON, G. A. (2015). O Que É Construtivismo? *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*. [S.l.], v.1, n.2, p.34.
- COLLINS, H. M. (1981). Stages in the Empirical Programme of Relativism. *Social Studies of Science*. 11, n1: pp.3-10.
- FURNHAM, A. & TAYLOR, L. (1990). Lay Theories of Homosexuality: Aetiology, behaviours, and "cures". *British Journal of Social Psychology*, 29, 135-147.
- HALPERIN, D. M. (1995). *Saint Foucault: Towards a Gay Hagiography*. New York: Oxford University Press.
- GALLUP. (2002). *Homosexual relations*. The Gallup Organization. Disponível em: <<https://news.gallup.com/poll/9916/homosexuality.aspx>>. Acesso em: 12 set. 2019.
- HACKING, I. (1999). *The Social Construction of What?* Cambridge: Harvard University Press.
- HARAWAY, D. (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, [s.i], v. 14, n. 3, p.575-599.
- HARDING, S. (1991). "Strong Objectivity" and Socially Situated Knowledge. In: HARDING, S. *Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives*. Ithaca, NY: Cornell University Press. Cap. 6, p. 138-163.
- HIRATA, H. (2014). Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73.
- JAGOSE, A. (1996). *Queer Theory: An Introduction*. New York: New York University Press.
- KAISER. (2001). Inside-out: A report on the experiences of lesbians, gays and bisexuals in

America and the public's views on issues and policies related to sexual orientation. The Henry J. Keiser Foundation. Disponível em: <<https://www.kff.org/wp-content/uploads/2013/01/national-surveys-on-experiences-of-lesbians-gays-and-bisexuals-and-the-publics-views-related-to-sexual-orientation.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2019.

- LATOUR, B. & WOOLGAR, S. (1986). *Laboratory Life: The Social Construction of Scientific Facts*. Princeton: Princeton University Press.
- LORBER, J. & FARRELL, S. (1991). *The Social Construction of Gender*. Newbury Park: Sage.
- LYOTARD, J. F. (2009). *A condição pós-moderna* (Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa). 12ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio
- LÖWY, I. (2015). Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 15, p. 15-38. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635360>>. Acesso em: 27 fev. 2017.
- NELSON, L. (1993). Epistemological communities. In L. Alcoff & E. Potter (Eds.), *Feminist epistemologies* (pp. 121-159). New York: Routledge.
- OLIVA, A. (2003). É Possível Uma Sociologia da Ciência sem uma Filosofia da Ciência? *Episteme*. Número 17, Jun.-Dez: p. 82-116.
- SEDGWICK, E. K. (1990). *Epistemology of the Closet*. Berkeley: University of California Press.
- SPIVAK, G. (1988). *Can the subaltern speak?* Basingstoke: Macmillan.
- WHITLEY, B. E. (1990). The relationships of heterosexuals' attributions for the causes of homosexuality to attitudes toward lesbians and gay men. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 16, 369-377.
- WOOLGAR, S. (1988). *Science: The Very Idea*. Londres: Tavistock.

NOTAS

- 1 Os movimentos que chamamos aqui ‘racialistas’ tentam retomar o conceito de “raça” em um sentido de reafirmação de identidades, e não mais necessariamente biológico.
- 2 Para uma análise do uso contemporâneo do termo remetemos ao artigo de Castañon (2015): *O que é Construtivismo?*.
- 3 Como veremos à frente, as autoras que defendem a noção de “conhecimento situado” se apropriam do *Strong Programme* em sua versão estritamente sociologista, tratando a causalidade como algo estritamente social.
- 4 Neste ponto não seria apenas o local feminista, que foi usado pela autora como título de exemplo, mas também um “local negro”, um “local homossexual” etc.